

As contas
POLITICAMENTE
INCORRECTAS
da economia portuguesa

Ricardo Arroja

PREFÁCIO
Vítor Bento

ÍNDICE

Prefácio de Vítor Bento	10
1. As Insolvências	15
2. Privados a Menos	23
3. Terra Queimada	33
4. Desindustrialização	47
5. Produtividade	61
6. Portugal e o Livre Comércio	77
Marquês de Pombal	82
Salazar	90

7.0 «Monstro»	III
A Educação	118
A Saúde	123
A Segurança Social	129
O Sector Empresarial do Estado	140
As PPP	146
Estado de Mau Exemplo.	152
8. A Dívida	165
9. O Futuro	179
 AGRADECIMENTOS	 197

PREFÁCIO

Sobre um alicerce frágil não é possível edificar uma casa sólida. Da mesma forma, apoiado em factos errados, não é possível construir uma argumentação certa. Esta pode até, respeitando as regras da lógica e da retórica, ser formalmente impecável, mas o resultado a que conduz é inevitavelmente errado, porque errada é a base de que partiu. Nas ciências computacionais e tecnologias de informação há até uma expressão – *garbage in, garbage out* ou, abreviadamente, *GIGO* – comumente utilizada para tornar claro que os computadores apenas têm capacidade para processar a informação que lhes é fornecida, sem lhe poder mudar a natureza, e que, se esta for defeituosa, o resultado inevitavelmente também o será.

Este é o mal de que padece grande parte do comentário público em Portugal e, frequentemente, do próprio reporte noticioso, e que muito contribui para a pobreza do debate político-social. Uma tremenda falta de rigor no tratamento factual daquilo sobre que se pretende argumentar e que não pode deixar de levar a conclusões erradas. Não poucas vezes, os erros são ampliados pelas falácias em que assenta a própria argumentação desenvolvida, tornando toda a

construção uma inapelável falsidade. Exemplo disso, mas não exclusivo das falácias argumentativas, é quando os próprios factos são intencionalmente distorcidos, descontextualizados, ou mesmo inventados, para se quadrarem com a conclusão previamente elaborada, transformando aparentes deduções lógicas em meras petições de princípio.

Nada disto – a falta de rigor argumentativo – tem que ver, note-se, com diferenças de opinião. Essas são saudáveis e, se confrontadas civilizadamente, são uma fonte de progresso e de iluminação, como muito bem sintetiza a cultura popular ao dizer que da discussão nasce a luz. A falta de rigor é, pelo contrário, um meio de estagnação e de ensombramento, que conduz à prevalência do preconceito e da superstição sobre a razão e a ciência.

Se existissem «instâncias de certificação» reconhecidas – seja ao nível da academia, seja na própria comunicação social, seja ao nível de uma elite verdadeiramente culta (e não meramente erudita) e exigente –, a falta de rigor argumentativo tornar-se-ia marginal, porque iria sendo centrifugada da praça pública pela exigência de qualidade dessas «instâncias». Não sendo o caso, torna-se um mal social que tende a alastrar como as ervas daninhas num campo sem monda, contribuindo para a incultura social e para a própria iliteracia funcional com que nos confrontamos no dia-a-dia.

De facto, este tipo de argumentação, através do apelo populista a que normalmente se dirigem as suas conclusões, encontra para estas terreno fácil entre os grupos sociais menos cultos e com menores níveis de educação, facilmente destronando a argumentação

rigorosa, mais exigente no raciocínio e menos condescendente nas conclusões.

Aliás, a incapacidade de se separar o trigo do joio na qualidade da argumentação leva mesmo a que, não podendo a maior parte dos receptores dessa informação detectar as falsidades originárias da argumentação, mas sendo possível avaliar as conclusões pelo seu «valor» aparente, o próprio acrónimo GIGO, acima referido, acabe a significar «*garbage in, gospel out*», como mais recentemente tem vindo a ser alertado pelos teóricos dos sistemas de informação. Ou seja, numa tradução livre da ideia, que apesar da falsidade da construção argumentativa, e dada a incapacidade de avaliar essa falsidade, as conclusões (falsas) ficam tomadas como verdades e assim passam a ser tratadas.

E desta forma se cria um círculo vicioso – a má argumentação fomenta a incultura e esta favorece o alastramento da má argumentação –, que acaba por se tornar um sério obstáculo ao desenvolvimento económico e social.

Para este estado de coisas muito contribui também, voluntária ou involuntariamente, a própria comunicação social. Por um lado, porque falha no próprio processo de aferição de qualidade da opinião que publica, confundindo rigor e exigência com censura. Por outro lado, porque frequentemente repete, na agenda noticiosa, os mesmos erros de argumentação de que padece muito do comentário.

Não poucas vezes, aliás, as conclusões erradas de comentários são tomados como factos em cima dos quais se constroem notícias, sem o elementar trabalho de verificar a sua veracidade. Entre vários

outros problemas, cuja pormenorização não cabe aqui, porque não é esse o fito deste texto. E porque, apesar dos muitos erros que lhe possam ser apontados, a comunicação social presta um serviço social fundamental e insubstituível ao funcionamento de um regime democrático. E porque acredito no esforço intencionalmente honesto, pelo menos, da maior parte dos que nela trabalham.

Mas o maior dano que a comunicação social tem vindo a impor ao debate político-social é o de assentar numa narrativa pré-formatada da situação, que filtra todos os contributos do espaço público através dessa pré-formatação. O que lhe é conforme é ampliado e ecoado por todos os meios; o que não lhe é conforme é rapidamente abafado, quando não mesmo distorcido para se conformar – mesmo que por caricatura – com a dita narrativa.

Não é, note-se, uma acção de censura propriamente dita, ou de limitação da liberdade de expressão, pois esta existe e produz diversidade. Está para além disso. É apenas uma acção de amplificação ou de abafamento (ou distorção) do que é dito, mas que, dessa forma, estabelece uma narrativa dominante. Exercício que acaba por transformar uma razoável diversidade de «fontes primárias» de opinião numa tendencialmente uniforme corrente opinativa que faz curso dominante e à qual se pretende atribuir correspondente representatividade social.

Não é também, acredito – porque sou muito céptico quanto às teorias da conspiração –, o fruto de uma qualquer conspiração concertada. Nem sequer de uma qualquer má intenção dominante. É «apenas» o produto de um enviesamento ideológico que prevalece

na comunicação social, cruzado com os efeitos do «pensamento colectivo» (*groupthink*) de uma corporação.

Por tudo isso, é sempre agradável poder identificar contributos que se esforçam por ser rigorosos e se preocupam com a documentação factual das opiniões que exprimem publicamente. Como é o caso de Ricardo Arroja, que neste livro reúne um conjunto de textos sobre temas diversos ligados à economia portuguesa e nos quais procura desmontar muitas das falácias argumentativas que se têm vindo a afirmar como «verdades» na discussão pública, para isso recorrendo à profusa utilização de objectiva informação estatística. E que, nas suas intervenções no espaço público, se tem vindo a destacar como um estrénuo batalhador do rigor argumentativo, representando promissora a geração a que cabe ir tomando o leme da nação portuguesa.

Espero que ele e muitos como ele consigam ajudar a romper o círculo vicioso a que atrás fiz referência e contribuam para que o espaço público se torne naquilo que deve ser: um palco para o saudável debate de ideias e de opiniões, assente numa argumentação rigorosa.

Vítor Bento

22 de Outubro de 2012

1 AS INSOLVÊNCIAS

A gosto, ano de 2012. Uma sociedade estrangeira especializada em seguros de crédito anuncia que as insolvências em Portugal vão aumentar 50 % em comparação com o ano anterior. São 6000 novos incidentes no sector privado só em 2012¹. Os dados, em linha com outras estimativas independentes, exibem um retrato dramático do estado das empresas portuguesas. Exibem o estado do sector privado: atrofiado e falido. O número oficial de empresas insolventes aumenta por esse mundo fora – um crescimento de 4 % para 330 000 novos casos –, mas os dados oficiais indicam que a economia portuguesa, representando menos de 0,5 % do PIB mundial, terá produzido quase 2 % de todas as novas insolvências no mundo. Não valemos nada na riqueza, mas fartamo-nos de pesar na tristeza. Esta é uma história portuguesa, com certeza.

Quando se analisa o número de empresas em Portugal, é preciso saber distinguir entre os dados do Banco de Portugal e os dados do INE. Enquanto o Banco de Portugal nos refere a existência de apenas 370 000 empresas², o INE eleva a fasquia para mais de 1 milhão³.

¹ *Jornal de Negócios* (13/08/2012), Euler Hermes.

² Banco de Portugal, *Boletim Estatístico* (capítulo K).

³ INE, *Anuário Estatístico 2010* (capítulo «Actividade económica»).

A diferença prende-se com o facto de apenas um terço das empresas estarem organizadas sob a forma jurídica de sociedade comercial e dois terços estarem sob a forma de empresários em nome individual ou profissionais liberais. Independentemente do critério, é preciso saber reconhecer a característica principal da realidade empresarial em Portugal, e que se traduz na presença esmagadora da microempresa – 85 % a 95 % do total, consoante o critério. Falamos de entidades com 10 pessoas ou menos, e cujo volume de negócios não excede os 2 milhões de euros por ano⁴. Por mais frágeis que muitas destas microempresas sejam ou pareçam, é deste conjunto de firmas que sairão muitas daquelas que com o passar dos anos integrarão os conjuntos imediatamente seguintes – os das pequenas, médias e grandes empresas. Micro ou não, são responsáveis por mais de 20 % do valor acrescentado bruto da nossa economia⁵.

A aceitação da realidade nacional é o elemento mais importante de qualquer análise ao empresariado português. Das 370 000 sociedades comerciais existentes em Portugal, 320 000 são microempresas, só 18 000 é que exportam, e destas 18 000 apenas 100 são responsáveis por cerca de metade do volume global de exportações portuguesas⁶. Estes são os números, e sem esta noção da realidade facilmente caímos na fantasia. Não nos iludamos: no nosso país, o pessoal ao serviço nas firmas que nascem não chega a duas pessoas. Mas, apesar de tudo, é este tipo de estrutura empresarial que, além de 20 %

⁴ Comissão Europeia, Recomendação 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003.

⁵ INE, *Anuário Estatístico 2010* (capítulo «Actividade económica»).

⁶ Ilhéu (2012), Instituto Superior de Economia e Gestão, AICEP.

do valor acrescentado bruto da economia, assegura quase metade da empregabilidade nacional⁷. A sua importância toma, pois, prioridade sobre as habituais críticas que se lhe apontam, designadamente a falta de massa crítica e a ausência de economias de escala que permitam ganhos de produtividade. Mais: às microempresas acrescentem-se as pequenas e as médias empresas – estruturas habitualmente mais robustas, mas ainda assim de reduzida dimensão – e, então, teremos para cima de 99 % do número total de firmas e mais de 70 % da empregabilidade nacional⁸.

A espontaneidade com que os portugueses parecem actuar na hora de criar negócios é depois traída pela falta de sustentabilidade económica e financeira desses mesmos negócios. As críticas apontadas às firmas de tão reduzida dimensão tendem a ser certas, independentemente da generosidade de quem, em geral, as cria. De acordo com o INE, a taxa de sobrevivência a dois anos das firmas portuguesas é de 50 %, ou seja, uma em cada duas morre antes do seu segundo aniversário⁹. Em geral, as pequenas e médias empresas são menos produtivas que as grandes companhias. Entre 2001 e 2010, as vendas e prestações de serviços das primeiras cresceram a uma taxa anual de 1,1 %, contra uma taxa anual de 4,9 % nas segundas¹⁰. Na produção, o cenário foi semelhante: 1,2 % contra 4,8 %. A diferença foi avassaladora. A escala das operações reflectiu-se também

⁷ INE, *Anuário Estatístico 2010* (capítulo «Actividade económica»).

⁸ INE, *Anuário Estatístico 2010* (capítulo «Actividade económica»).

⁹ INE, *Anuário Estatístico 2010* («Actividade económica»).

¹⁰ BP *stat* e cálculos do autor.

na capacidade de as sociedades de maior dimensão se fazerem cobrar mais rapidamente que as de menor dimensão. Em 2010, as grandes firmas recebiam em média a 56 dias, enquanto as pequenas e médias recebiam a 84. Uma diferença de 28 dias. E a diferença não se ficava por aqui, pois enquanto as primeiras pagavam a 58 dias, as segundas pagavam a 77¹¹. Ou seja, além da diferença de 28 dias nos recebimentos, as PME, ao contrário das grandes firmas, pagavam antes de receberem. Na prática, andavam sempre com o caixa no vermelho.

Ao mesmo tempo, à medida que as insolvências vão aumentando, não se vislumbra forma de absorver noutros sectores da economia a força de trabalho que, estruturalmente, se vai tornando redundante e excedentária nas actividades mais afectadas pela concorrência externa, pela crise interna ou por ambas. Nem mesmo as empresas que vão sobrevivendo ganham para os gastos. Em geral, encontram-se sustentadas em reduzidos níveis de liquidez, em elevados níveis de endividamento, e depois de deduzidos os custos da dívida têm vindo a remunerar os capitais investidos à taxa média de 0 %¹². Não é fantasia; é o que se lê nos dados oficiais do Banco de Portugal. Zero por cento é hoje o lucro normal médio na economia portuguesa.

¹¹ Banco de Portugal, *Boletim Estatístico* (Agosto de 2012), pp. 269 e 270.

¹² Banco de Portugal, *Boletim Estatístico* (Agosto de 2012), p. 268.

→ Acerto de Contas ←

- ✓ A economia portuguesa, representando menos de 0,5 % do PIB mundial, terá produzido quase 2 % de todas as novas insolvências no mundo em 2012.
 - ✓ Das 370 000 sociedades comerciais existentes em Portugal, 320 000 são microempresas, só 18 000 é que exportam, e destas 18 000 apenas 100 são responsáveis por cerca de metade do volume global de exportações portuguesas.
 - ✓ Entre as empresas que vão sobrevivendo, depois de deduzidos os custos da dívida, o lucro normal médio na economia portuguesa é de zero por cento.
-

As contas
**POLITICAMENTE
INCORRECTAS**
da economia portuguesa

Ricardo Arroja procura desmontar muitas das falácias argumentativas que se têm vindo a afirmar como «verdades» na discussão pública.

VÍTOR BENTO

Nós, portugueses, enfrentamos hoje uma das maiores crises de que há memória. Ricardo Arroja rasga o espartilho das explicações oficiais e teorias da conspiração e dá ao leitor uma visão histórica, actual e politicamente incorrecta sobre as causas da crise e os verdadeiros desafios do momento presente.

O economista não pede licença e escreve sobre o que se passa de facto em Portugal. Do desemprego ao desinvestimento. Da dívida ao pagamento. Dos líderes da nossa História à União Europeia. De Portugal país atlântico a Portugal país continental. Da educação à segurança social. Da descentralização à centralização. Da responsabilização à promiscuidade. E aponta caminhos para o futuro.

Em vez da falácia e distorção habituais, Ricardo Arroja propõe transparência e rigor de argumentação. Saiba qual é o verdadeiro estado da nação.

ISBN 978-989-702-058-2



9 789897 020582